

## **ACTA DA SEXTA ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO (CULT)-----**

--- Aos cinco dias do mês de Maio do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia da CULT, Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artº 14º, da Lei 10/2003, de 13 de Maio e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. -----

-----

--- Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21 horas e 30 minutos, tendo a Senhora **Presidente da Assembleia da CULT**, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz, dado as boas vindas a todos os presentes, sendo eles: Carlos Alberto Salvador Pernes, Armindo Castelo Bento, Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, José Luís Marques Cabrita, António Mário Valada Rodrigues Figueiredo, José Joaquim de Jesus Braz, António Pratas Cardoso, Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Manuel Santos Coelho, Manuel Correia Nunes, Luísa Pinheiro Portugal, Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Veríssimo Noronha, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Carlos Manuel Luís Catalão, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Jaime Manuel Teodoro Santos, Carlos Manuel Russo Mota, João Pedro Antunes Osório, José Manuel Bento Sampaio, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Luís Manuel Leandro da Silva, José Francisco Dias Nunes, Rui Augusto Nabais, Rogério Mendes Coito, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, Carlos José Pratas da Silva, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado, Dúnia Rosale Viegas da Palma, em substituição de António José Pereira Góis dos Santos Nascimento e João Miguel Gonçalves Lopes.-----

--- Faltaram à reunião os seguintes membros: Isabel Maria Pinto de Almeida, António José Rodrigues e António Maria de Almeida Calado Maia.-----

--- O deputado António José Rodrigues apresentou a respectiva justificação de falta. -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão:-----

**Período «Antes da Ordem do Dia»**-----

**Período da «Ordem do Dia»:**-----

**Ponto Um** - Eleição da Mesa da Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo;-----

**Ponto Dois** - Apreciação e Votação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, referentes ao ano de 2005.--

-----  
-----  
--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz**, deu início à sessão da Assembleia, solicitando ao PSD e à CDU, em conformidade com a correspondência recebida, que indicassem dois elementos para integrar a Mesa da Assembleia, para o cargo de Vice-Presidentes. O PSD indicou Manuel Correia Nunes; a CDU indicou José Manuel Bento Sampaio. Ambos assumiram os seus lugares.--

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT** saudou os companheiros da Mesa, agradecendo-lhes a colaboração e passou de imediato para o Período Antes da Ordem do Dia, informando entretanto que a acta da reunião anterior seria submetida a aprovação na sessão seguinte da Assembleia. Solicitou ainda aos membros da Assembleia para que respeitassem o período de uma hora que estava previsto ser utilizado nas intervenções efectuadas no Período Antes da Ordem do Dia.-----

---- **No período antes da Ordem do Dia** usou da palavra o senhor **deputado António Mário Valada Rodrigues Figueiredo**, que recordou a data do 25 de Abril e o facto de terem ocorrido entretanto eleições em Portugal, considerando que a região e o País em geral teve um comportamento magnífico perante o acto eleitoral. Afirmou estar orgulhoso pelo facto do Partido que representa ter eleito pela primeira vez um Presidente da República. -----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Manuel Santos Coelho**, que lembrou uma moção aprovada por unanimidade nesta Assembleia no início da última legislatura, referente ao IC10 e IC13, duas vias fundamentais para o desenvolvimento de toda a região e em especial para a região sul do Distrito de Santarém. Na referida Assembleia, os membros terão sido informados da fase em que se encontravam estas obras. No entanto, passados dois anos, e depois de ter mudado o Governo, ou estará tudo na mesma, ou os membros da Assembleia não estão informados sobre o andamento deste processo, sublinhou o senhor Deputado. Assim, reforçou mais uma vez que é necessária a construção destas vias, sobretudo do IC10 que faz a ligação de toda a região norte ao sul do País e atravessando todo o Distrito. Solicitou ainda à Assembleia, através da Mesa, que alertasse as entidades competentes, nomeadamente o Instituto de Estradas de Portugal e a Direcção de Estradas de Santarém, para que se saiba o que efectivamente se está a passar.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Carlos Manuel Luís Catalão**, que começou por congratular-se com o facto da Carta Educativa do Concelho de Santarém ter sido aprovada por unanimidade com rasgados elogios na Assembleia Municipal de Santarém e pelo trabalho que a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo tem vindo a desenvolver na implementação em toda a região das Cartas Educativas. Segundo o senhor deputado, trata-se de um passo em frente na nossa região em matéria de educação, sobretudo ao nível do ensino básico, sendo uma mais-valia que a Comunidade Urbana tem vindo a implementar.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Rogério Mendes Coito**, que lembrou um protocolo de entendimento efectuado por três Municípios pertencentes à CULT – Cartaxo, Santarém e Rio Maior – com uma empresa privada. Mesmo sabendo que o mesmo é apenas um plano de intenções, o senhor deputado quis saber se estes protocolos não teriam cabimento dentro do espaço da CULT, tendo em conta que é uma entidade supra-municipal que persegue esforços de construção de grandes projectos regionais, úteis a todos os

Municípios que a compõem, nomeadamente o acesso aos fundos comunitários. Adiantou ainda que a empresa privada que assinou o protocolo em causa terá assinado outro protocolo onde fez um negócio de milhões de Euros e que, passado uma hora, vendeu o negócio ganhando um milhão.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca**, afirmando que, relativamente ao mesmo protocolo, o Bloco de Esquerda apresentou uma moção na Assembleia Municipal do Cartaxo e votou contra este acordo de intenções, porque levantava algumas dúvidas. Por outro lado, lembrou que as Câmaras Municipais são livres de tomar as suas decisões e fazer os seus protocolos com empresas e com outras Câmaras Municipais, em projectos intermunicipais. No entanto, salientou que o que é importante é o desenvolvimento e o futuro da CULT, uma vez que esta entidade nasceu para fortalecer sobretudo a zona sul do Distrito, podendo transformá-la numa força mobilizadora de projectos e de desenvolvimento da região. Relativamente à empresa Águas do Ribatejo, o senhor deputado solicitou à Junta da CULT que se pronunciasse sobre este assunto, considerando que é na Assembleia e não nos jornais que se deve falar sobre o futuro da CULT, que neste momento está um pouco ameaçado devido a divergências que se têm passado ultimamente. O senhor deputado considerou ser importante saber em que ponto de situação estamos, para onde caminhamos e se caminhamos todos juntos ou não.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes**, que afirmou que o processo de constituição da empresa intermunicipal Águas do Ribatejo foi sem dúvida, até à data, aquele que maior relevância assumiu no conjunto de trabalho e objectivos que a Comunidade Urbana tem levado a cabo. No entanto, de há um mês para cá, uma sucessão inesperada de acontecimentos conduziu à consequente suspensão do processo administrativo do concurso, através do qual seria suposto ser escolhido o parceiro privado, que ficaria com 49% do capital social da dita empresa. Ainda assim, a principal preocupação da CDU no que diz respeito a todo o processo é, acima de tudo, defender o serviço público de abastecimento de água e

tratamento de águas residuais, um bem essencial à vida do Homem e de todos os ecossistemas, que não pode jamais ser tratado como uma mera mercadoria. O senhor deputado lembrou que a CDU está convicta de que é em mãos públicas que a gestão deste serviço deveria permanecer, por ser aí que melhor são acautelados os interesses das populações. Adiantou que a CDU não tem nada contra a iniciativa privada, sendo a mesma bem vinda e devendo até ser estimulada em muitas áreas económicas como factor de criação de riqueza e de emprego. A defesa de uma gestão pública dos serviços ligados à água prende-se com a preocupação de garantir sempre, acima de quaisquer outros interesses, o acesso à água e aos serviços a ela relacionados em condições de equidade e justiça social, garantindo tarifas socialmente justas. O senhor deputado aproveitou para relembrar que a CDU, designadamente em Santarém, chamou a atenção para as desvantagens que este negócio iria ter, pelo desmantelamento dos Serviços Municipalizados cuja excelência da gestão tem sido reconhecida por vários quadrantes de todas as forças políticas, dentro e fora do Concelho. A CDU fê-lo por considerar que era um mau negócio para Santarém, mas do ponto de vista do serviço público, uma vez que as populações, designadamente as do concelho de Santarém, não ficariam mais bem servidas com aquilo que as Águas do Ribatejo representam. Antes pelo contrário. O senhor deputado considerou que, infelizmente, todo este processo conturbado e pouco claro só veio demonstrar a fragilidade do projecto Águas do Ribatejo. Por isso exige-se toda a cautela e ponderação na condução do processo, sobretudo do capital privado que ainda que disfarçado de mecenas nunca investe para perder. Parece cada vez mais claro que este é um excelente negócio para os privados, que até estarão dispostos a ir mais além daquilo que está previsto no caderno de encargos do concurso, sabendo que vão contar com um negócio chorudo por 40 anos, sem concorrência, com um mercado certo, uma vasta clientela fixa e fiel, relativamente a um bem de procura inelástica, pois ninguém pode fazer a opção de não consumir água, e com lucros astronómicos garantidos. Por tudo isto, senhor deputado considerou que

este momento deve ser aproveitado para reflectir no caminho a ser seguido, para ponderar com seriedade responsabilidades e transparências e talvez procurar encontrar outras vias, outros caminhos, outras soluções que permitam equilibrar os pratos da balança no sentido de reforçar o papel e o peso futuro dos municípios na gestão do bem público da água.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Armindo Castelo Bento**, que mencionou o Plano Regional de Ordenamento do Território para o Oeste e Vale do Tejo (PROT), com o qual se pretende dotar a região do Oeste e Vale do Tejo de um grande desenvolvimento territorial, que enquadre estratégia, desenvolvimento económico e social e sirva de referência para a elaboração e revisão de instrumentos e de planeamento territorial, nomeadamente a nível do municipal. Compete à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo elaborar o PROT, fixando-se para o efeito um prazo de 18 meses. Tendo em linha de conta que nos próximos anos Portugal começa um novo Quadro Comunitário de Apoio que deverá vigorar até 2013, o PROT será, segundo o senhor Deputado, um elemento orientador das prioridades de investimento no desenvolvimento regional. No que diz respeito à Lezíria e Vale do Tejo, a região encontra-se sujeita a profundas alterações de factores e dinâmicas de estruturação interna, que urge enquadrar num processo de planeamento territorial integrado, sendo aceitável as necessárias articulações com o PROT em vigor para a Área Metropolitana de Lisboa, bem como com as iniciativas de planeamento para as regiões Centro e do Alentejo, sem no entanto permitir a continuada discriminação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo para com a Região da Lezíria e Vale do Tejo, face à Área Metropolitana de Lisboa. De acordo com o senhor deputado, esta discriminação originou, entre outros factores, a distribuição de verbas pela área de Lisboa que estariam destinadas à região do Vale do Tejo, sendo principalmente prejudicada a zona sul do Distrito. A CCDR recusa-se a reconhecer esta situação e justifica-se dizendo, pela voz do senhor Presidente da CCDR-LVT, que tem garantido e cumprido o compromisso da

proporcionalidade dos meios, consoante a capacidade de execução dos projectos pelas regiões. O senhor deputado disse considerar esta afirmação inaceitável e muito grave, não concordando que o enquadramento do PROT seja desenvolvido subjugado aos estudos da OTA. O senhor deputado disse estar a favor do impacto positivo que o novo aeroporto terá para a região, com a criação de emprego, de riqueza e aparecimento de novas entidades económicas. No entanto, há que haver empenhamento na concertação estratégica essencial ao desenvolvimento da região da Lezíria do Tejo. Só assim se conseguirá ter um território mais coeso, mais competitivo, mais equilibrado, mais justo, mais desenvolvido e mais solidário. O senhor Deputado terminou dizendo que a intervenção do senhor Presidente da CCDR o deixa bastante apreensivo, porque é sinal que a zona sul do Distrito pode mais uma vez vir a ser discriminada por projectos que estão unicamente virados para a OTA, uma situação que é inaceitável.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado Carlos Alberto Salvador Pernes**, que, em nome da CDU, apresentou uma moção de saudação que constava do seguinte: “A Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, reunida em 5 de Maio de 2006, certa de interpretar os sentimentos gerais da maioria da população dos diferentes Municípios que representa e indo ao encontro das manifestações comemorativas e de júbilo ocorridas na passagem dos aniversários das datas históricas do 25 de Abril e do 1º de Maio de 1974, propõe que seja votada e aprovada uma moção de saudação referente aos acontecimentos históricos acima mencionados e também à passagem, no último dia 2 de Abril, do 30º aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa, que consagrou, entre outras conquistas de Abril, a liberdade e o Poder Local democráticos.” Esta moção foi assinada pelos membros da CDU presentes na Assembleia da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado João Miguel Gonçalves Lopes**, que pretendeu ver respondidas algumas questões relativas à instalação de dois CIRVERS na Chamusca. Face a isto, solicitou à Junta da CULT e ao senhor

Presidente da Câmara Municipal da Chamusca, resposta para as seguintes questões: quais as acessibilidades que irão ser utilizadas no transporte dos resíduos industriais perigosos? As Estradas de Portugal já se pronunciaram sobre a passagem de pesados na ponte de Constância? Face ao aumento de pressão na Ponte de Constância e também nos outros acessos, o Governo já estudou a viabilidade de construir uma nova travessia sobre o rio Tejo, próxima dos CIRVERS? Para quando a finalização do IC3 entre Almeirim e Tomar, dado que será por este eixo que chegarão maioritariamente os resíduos industriais perigosos? O LNEC irá emitir parecer sobre o modo de impermeabilização dos aterros? Qual o motivo para a interrupção da construção do IC3 entre Almeirim e Tomar, quando já se encontrava projectado há muito tempo? No âmbito dos consórcios CIRVER, encontram-se previstos apoios de ordem financeira e técnica para a instalação e apoio à formação de equipas de bombeiros especializados nos concelhos limítrofes, dado o aumento do risco de acidentes com resíduos industriais perigosos? Tendo em conta que a Junta da CULT poderia não ter respostas para todas as questões, o senhor Deputado solicitou que as autoridades competentes, nomeadamente a CCDR-LVT, Ministério do Ambiente e Ministério das Obras Públicas também fossem questionadas, uma vez que o impacto dos CIRVER é significativo tanto para a Lezíria do Tejo como para o próprio Médio Tejo.-----

--- Usou da palavra a **senhora Presidente da Assembleia da CULT**, que começou por lembrar a intervenção do senhor deputado Manuel Coelho, na qual fez referência a uma moção entregue no início da anterior legislatura, adiantando que a mesma seria recuperada junto dos arquivos, avaliada e, se for caso disso, remetida para as instâncias competentes. No que toca às declarações do senhor deputado Rogério Coito, que fez uma alusão a um protocolo de entendimento elaborado entre Cartaxo, Santarém e Rio Maior, a senhora Presidente referiu que os Municípios, dentro da sua diversidade e autonomia, têm toda a liberdade para tomar iniciativas e desenvolver as suas actividades. Relativamente à intervenção do senhor deputado Pedro Malaca,



sobre uma eventual ameaça ao futuro da CULT, a senhora Presidente considerou que não devemos ser tão drásticos. No entanto, poder-se-á pedir às respectivas Câmaras Municipais os esclarecimentos que os membros da Assembleia acharem necessários. Quanto às restantes intervenções, a senhora Presidente realçou a do senhor deputado Armindo Bento, que mencionou o PROT e a sua preocupação com as afirmações do senhor Presidente da CCDDR-LVT. Dentro do princípio de que a Lezíria e o Vale do Tejo devem de facto constituir-se como um território de coesão estratégica, a senhora Presidente da Assembleia referiu que a Mesa estaria disponível para pedir também à CCDDR os esclarecimentos que a bancada do Partido Socialista achasse por convenientes. A senhora Presidente terminou a sua intervenção dizendo que iria colocar no final do Período Antes da Ordem do Dia à votação a moção de saudação apresentada pela CDU. Saudou também em nome pessoal e enquanto Presidente da Mesa a data que assinala o 25 de Abril de 1974, a do 1º de Maio e a data da celebração da Constituição. A senhora Presidente deu, de seguida, a palavra à Junta da CULT para que pudesse fazer os esclarecimentos que entendesse.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Junta da CULT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes**, agradecendo as intervenções dos senhores deputados e dizendo que as preocupações espelhadas devem ser preocupações da nossa sub-região. O senhor Presidente lembrou que a questão do IC10, IC13 e IC3 é uma preocupação permanente e tem sido objecto de várias diligências da CULT junto dos membros do Governo da tutela, no sentido de se poder avançar o mais depressa possível com o Plano Rodoviário na região. O senhor Presidente adiantou que a CULT tem neste momento uma entrevista pedida ao senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, para lhe espelhar a preocupação no que diz respeito a este desejo. O IC3, particularmente, tem sido tratado pela CULT com preocupação, devido à instalação dos CIRVERS e ao facto do transporte de resíduos passar pela travessia Almeirim – Alpiarça – Chamusca. No que toca à celebração do

protocolo de entendimento entre o Cartaxo, Santarém e Rio Maior, o senhor Presidente também considerou que as Câmaras são livres de celebrar entre si os protocolos que entenderem. No entanto, considerou desejável que estes protocolos fossem abordados no seio da CULT e que pudessem eventualmente, manifestando o desejo de outros Municípios e de outros Presidentes, integrar esses outros Municípios no sentido de colher mais frutos para a população da Comunidade Urbana. Citou como exemplo a Azambuja, que está muito perto da OTA e que tem todas as razões para estar integrada num protocolo de entendimento deste tipo. Adiantou que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Azambuja já fez sentir a sua mágoa pelo facto desta situação não ter sido tratada no seio na CULT e dele próprio não ter podido manifestar a sua adesão ao Protocolo. O senhor Presidente agradeceu também as palavras do senhor deputado Pedro Malaca quando equacionou o futuro da CULT e salientou a necessidade de tentar enriquecer a acção e a coesão da CULT, preparando o futuro e ganhando com certeza com isso em todas as áreas de actividade. Frisou ainda o grande entendimento que tem havido entre todos os Municípios no passado e até agora, quer por parte de todos os Presidentes de Câmara que fazem parte da Comunidade Urbana, quer por parte do senhor Administrador Executivo. Em relação às Águas do Ribatejo, no que toca àquilo que se tem passado na praça pública, o senhor Presidente afirmou que a vida no seio da Comunidade Urbana é muito diferente daquilo que se fala, sendo todas as decisões, mesmo em relação a este assunto, tomadas por consenso, com o voto unânime de todos os Presidentes de Câmara. Aliás, foi desta forma que a Junta da CULT decidiu suspender o concurso para a selecção do parceiro privado, até se obterem novos pareceres jurídicos mais fundamentados ainda do que aqueles já existentes, no sentido de tomar uma decisão que não deixe dúvidas acerca da sua fundamentação. Ainda em relação aos CIRVER, o senhor Presidente da Junta da CULT solicitou à senhora Presidente da Assembleia da CULT que fosse possível ao senhor Presidente da Câmara da Chamusca acrescentar mais alguns elementos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal da Chamusca, Sérgio Carrinho**, para esclarecer os elementos da Assembleia da CULT sobre a instalação de dois CIRVERS no concelho. Na Chamusca existe o maior equipamento de aterro de resíduos sólidos urbanos do Distrito. O Município recebe 80 mil toneladas de lixo urbano por mês e neste momento, mediante um protocolo que foi feito com a Tratolixo, recebe também 100 mil toneladas da Tratolixo. Para além disso, no mesmo espaço existe um aterro de resíduos industriais banais, uma iniciativa privada que recebe cerca de duas a três dezenas de viaturas de lixo por dia. Para além destes equipamentos, a própria Câmara Municipal tem no mesmo local uma pequena Zona Industrial com sete hectares, onde estão a começar a instalar-se empresas. A Câmara comprou mais 25 hectares e está prevista a instalação dos dois CIRVERS. Actualmente, o volume de tráfego na região é de algumas dezenas de veículos pesados por dia, alguns deles transitando dentro de zonas urbanas. Todo este processo fez com que a Câmara Municipal, juntamente com os restantes órgãos autárquicos, considerasse este assunto estratégico para a região e para concelho. Segundo o senhor Presidente, este tipo de indústria não pode ser olhado como uma indústria menor, uma vez que é essencial para a nossa sobrevivência e sustentabilidade, porque está a contribuir para resolver problemas ambientais e é potenciadora de postos de trabalho. Actualmente, de acordo com o senhor Presidente, o assunto está no seguinte pé: foi celebrado um protocolo entre a CCDR-LVT, o Instituto Superior Técnico e a Câmara Municipal, em que o Instituto Superior Técnico já começou a trabalhar no terreno e vai iniciar formalmente no dia 16 um estudo que se prolongará por um ano, que vai integrar estes equipamentos e os outros em estudo, e vai determinar o que fazer numa área de cerca de 1300 hectares que está a ser definida em PDM para a instalação de indústrias da reciclagem e das energias. A possível instalação dos CIRVERS na Chamusca surgiu da seguinte forma: o anterior Governo lançou um concurso para atribuir duas licenças para dois CIRVERS, com base num estudo que caracteriza a existência destes resíduos

maioritariamente no Norte, na região de Lisboa e Vale do Tejo, seguidamente no Centro, Alentejo e Algarve. Após lançamento do concurso, a Câmara, que já tinha estudado esses dossiers, tinha definido mais ou menos a zona para a instalação dos CIRVERS e tinha contactado com os proprietários para saber se estariam disponíveis para ceder os terrenos, definiu então um road-book na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal para que as empresas que concorressem soubessem com o que podiam contar. Efectuado o concurso, concorreram oito empresas. A fase actual é a seguinte: terminou no dia 11 de Abril o estudo de impacto ambiental. Este estudo, no que toca às questões de tráfego, orienta todo o tráfego do norte, sul e centro de modo a que ele não passe por dentro de nenhuma povoação, sendo que – e isso motivou grande preocupação por parte da Chamusca e de Constância – o acesso mais perto é a saída da A23, entrando na Ponte de Constância, que está sem condições. O constrangimento de ter que passar nessa ponte vai existir pelo facto do troço do IC3 Chamusca – Golegã – Vila Nova da Barquinha não estar feito. O projecto técnico está pronto, está a ser feito o estudo geológico do terreno e faltará só a decisão política para que avance. O troço Chamusca – Alpiarça – Almeirim esteve dez anos em estudo prévio, não deu frutos e foi aprovado um novo estudo prévio a que neste momento as três Câmaras Municipais já deram o seu acordo, mas esta obra deverá levar no mínimo 5 ou 6 anos a ser posta em prática. Neste momento, segundo o Senhor Presidente, as acessibilidades são um problema. Daqui a 15 ou 20 dias, a Câmara Municipal da Chamusca saberá se há licença ambiental. Se houver, o senhor Presidente informou que irão reunir com os vários membros do Governo e adiantou que já houve uma conversa com o actual Ministro do Ambiente sobre este assunto, sendo este dossier bastante conhecido pelo Governo, CCDR-LVT e Direcção de Estradas. Quanto à construção dos CIRVERS e ao LNEC, a construção destes equipamentos vai ser profundamente fiscalizada, porque tratam-se de equipamentos de alta tecnologia e com segurança máxima. No que toca às questões de protecção das populações, o senhor Presidente frisou que esta é

uma questão muito importante e a segurança está devidamente acautelada.-----

--- Usou da palavra a **senhora Presidente da Assembleia da CULT**, para dar a palavra aos membros da Assembleia.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado José Joaquim de Jesus Braz**, que tentou completar a intervenção efectuada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal da Chamusca, dizendo que o processo dos CIRVERS mereceu também da parte dos Municípios e dos representantes dos eleitos locais do concelho da Chamusca grandes preocupações. Tal como a população mostra algumas preocupações, os responsáveis locais também mostraram a máxima preocupação, fazendo o acompanhamento, estudo e tomada de consciência destes problemas, para poderem responder perante os munícipes. Os responsáveis locais visitaram inclusivamente dois equipamentos de duas das empresas que concorreram, em Espanha e França, onde tomaram conhecimento das directrizes quer nacionais quer comunitárias no que respeita a esta área e de todas as condições de segurança, das tecnologias utilizadas e todo o procedimento que é efectuado desde o primeiro contacto da empresa com os CIRVERS. Portanto, o processo é sério, sendo empresas que trabalham no terreno há 30 anos. Infelizmente, segundo o senhor deputado, o nosso País nesse aspecto deixa muito a desejar porque até agora ninguém se preocupava em saber qual o destino destes resíduos. Congratulou-se, assim, com o facto de haver a preocupação de aprovar este tipo de equipamentos, porque, infelizmente, em Portugal, não se cuida do ambiente no Século XXI.-----

--- Não havendo mais pedidos de esclarecimento no Período Antes da Ordem do Dia, a senhora **Presidente da Assembleia da CULT** passou à votação da Moção apresentada pela bancada da CDU, que foi **aprovada por unanimidade**.-----

--- A senhora Presidente da Assembleia da CULT leu, de seguida, duas cartas que fizeram chegar à Mesa da Assembleia. A primeira, enviada à Presidente da Assembleia da CULT pelo senhor deputado José Luís Cabrita, cujo assunto era a renúncia ao cargo de Vice-Presidente da Mesa, com o seguinte conteúdo:

“Serve o presente para, face ao estabelecido no nº4 do art. 14º do Estatutos da CULT, Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, publicados no Diário da República, III Série, de 24 de Abril de 2004, apresentar a renúncia ao cargo de Vice-Presidente da Mesa, nos termos e para os efeitos do estabelecido no art.17º do Regimento da Assembleia.” A segunda carta, do senhor deputado Hélder Pombo, cujo assunto era também a renúncia ao cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia, constava do seguinte: “Serve o presente fax para informar V. Exa. que desejo renunciar ao cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia da CULT. Na verdade, tendo verificado que existe a hipótese, duvidosa é certo, da Mesa ter sido eleita de forma irregular desejo colmatar este vício já nesta fase inicial, de forma a não prejudicar as actividades desta Assembleia”.-----

--- Findo o Período Antes da Ordem do Dia, a senhora Presidente passou ao **primeiro ponto Ordem do Dia: Eleição da Mesa da Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo.** -----

--- A senhora **Presidente da Assembleia** solicitou à bancada da CDU e do PSD que indicassem os deputados que iriam ser submetidos à votação, sendo eles José Manuel Bento Sampaio, da CDU, e Manuel Correia Nunes, do PSD.-----

--- José Manuel Bento Sampaio foi eleito Vice-Presidente da Mesa, **por maioria**, com os seguintes votos:-----

--- 27 votos a favor;-----

--- 1 voto contra;-----

--- 3 votos brancos.-----

--- Manuel Correia Nunes foi eleito Vice-Presidente da Mesa, **por maioria**, com os seguintes votos:-----

--- 28 votos a favor;-----

--- 3 votos brancos.-----

-----  
--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT** saudou os senhores Vice-Presidentes da Mesa, decretando de seguida um intervalo de cinco minutos, a

pedido de alguns deputados. Após o intervalo passou para o **segundo ponto da Ordem do Dia: Apreciação e votação da prestação de contas e relatório de gestão da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, referentes ao ano de 2005**, solicitando à Junta que fizesse a apresentação dos respectivos relatórios.-----

--- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Junta da CULT**, que começou por explicar que os documentos em poder dos senhores deputados foram elaborados segundo as regras do POCAL e as exigências do Tribunal de Contas. Referiu também que a folha que estava naquele momento a ser distribuída seria para substituir a página 35 dos documentos iniciais, uma vez que tinha um lapso ao referir-se, no ponto 1 e 2, à aplicação do saldo de exercício, não se tendo levado em consideração o abate dos resultados transitados do saldo que passou de 2004 para 2005. O senhor Presidente explicou que as contas da CULT são fundamentalmente dominadas pelo facto de haver a necessidade de orçamentar as verbas previstas para os projectos de saneamento que entretanto foram aprovados pelo Fundo de Coesão. Algumas Câmaras estão já a beneficiar dessa aprovação e, como é do conhecimento dos senhores deputados, a candidatura tinha que ser cabimentada antes de ser apresentada. Logo, o valor orçamentado é excessivo em relação àquilo que foi executado, porque as possibilidades de execução foram menores do que aquilo que foi inicialmente orçamentado. O senhor Presidente da Junta da CULT solicitou de seguida à senhora Presidente da Assembleia da CULT que se houvesse alguma pergunta de carácter mais técnico por parte dos senhores deputados, fosse o responsável pela elaboração dos mapas a responder às questões, sendo ele o doutor Ricardo Portela.-----

-- Usou da palavra a Senhora **Presidente da Assembleia da CULT**, que solicitou às diferentes bancadas que se inscrevessem para a primeira ronda de intervenções.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado José Luís Cabrita**, que, para além da questão da baixa taxa de execução, explicada pelo Senhor Presidente da Junta

da CULT, teve algumas dúvidas noutras rubricas. Uma delas dizia respeito às empresas em que a CULT participa. O senhor deputado quis saber qual a actividade de cada uma destas empresas. Outra questão teve a ver com os seguros das viaturas, uma vez que constatou que, pelo menos das três viaturas mencionadas, em relação a duas não era referida a existência de seguro. O senhor deputado teve também algumas dúvidas no que diz respeito ao equipamento e informática, afirmando que não conseguia perceber qual a relação de algum do equipamento com o Projecto Ribatejo Digital, como por exemplo a quantidade dos projectores de imagem referida. Quis saber também, por curiosidade, a que se referia a questão das licenças de caça e das licenças de condução mencionadas no relatório apresentado.-----

--- Usou da palavra a senhora **deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias**, que começou por afirmar ter gostado de ver no relatório apresentado as fotografias das obras que foram feitas nos diversos Municípios, mas sugeriu que as respectivas obras fossem identificadas com uma legenda. Mencionou de seguida a página 33, solicitando que fosse explicada a razão dos resultados extraordinários serem negativos. Na página 37, pretendeu saber porque é que em relação ao Projecto do Trilho Pedonal e Ciclável entre Ribeira de Santarém e Valada, em 2004 se conseguiu gastar 39 mil Euros e em 2005 não se gastou nada. Na página 39, a senhora deputada quis ver esclarecidas as transferências de capital, uma vez que não percebia porque é que esta verba está nesta rubrica. Na página 41, a senhora deputada identificou a existência de um erro no primeiro parágrafo, onde está mencionado “verifica-se que são as despesas com pessoal que detêm a maior percentagem – 49,09%”, uma vez que o mesmo é repetido nas despesas com pessoal. A senhora deputada questionou se não deveria estar antes mencionado “aquisição de bens e serviços”. Embora o senhor Presidente da Junta da CULT tenha explicado porque é que a CULT recebeu menos cerca de 38 milhões de Euros, a senhora deputada quis saber também se as verbas que não foram recebidas em 2005 estão asseguradas para os projectos em 2006.-----



--- Usou da palavra o senhor **deputado Carlos Manuel Russo Mota**, que começou por felicitar os autores do relatório, por se tratar de um trabalho bem elaborado, de acordo com a Legislação em vigor. No entanto, fez referência a algumas situações. Na página 33, no segundo parágrafo, diz-se que no respeitante aos custos operacionais são os custos com fornecimentos e serviços externos que assumem maior importância - 58,33% -, seguindo-se os custos com amortizações do exercício – 25,12%. Segundo o senhor deputado, naturalmente que não são os custos com as amortizações, porque estas vêm a seguir e são efectivamente 12,83%. Assim, deveria estar mencionado “custos com o pessoal”. O senhor deputado mencionou também a folha 35, que foi substituída para correcção e bem. Naturalmente que foram contemplados os resultados transitados. No entanto, na página 34, o balanço reclassificado tem reflectido o resultado correcto, no valor de 1 142 281,86 Euros. O senhor deputado afirmou já não pensar o mesmo do mapa da página 42, que mostra os desvios entre receitas e despesas previstas e realizadas. O senhor deputado considerou que os sinais estavam trocados. Se o orçado são 30 250 Euros, isto quer dizer que são 100%. O concretizado – 5 402, 40 Euros – são 17,86%. E a diferença são 24 847,60 Euros, que representa 82,14%. Na opinião do senhor deputado, ali deveria ser colocado um sinal menos, ou seja, o que tem sinal positivo deveria ser considerado negativo e vice-versa. No entanto, e uma vez que a metodologia foi sempre seguida de forma homogénea, admitia que esta questão fosse discutível.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado João Miguel Gonçalves Lopes**, mostrando-se preocupado com o facto das despesas correntes serem superiores às receitas correntes, sendo as despesas correntes valores relacionados sobretudo com ordenados, pequenas manutenções ou consumíveis, ou seja, a tendência será sempre para a subida destas despesas o que pode vir a ser preocupante de futuro, dado o desequilíbrio já existente. De resto, o senhor deputado afirmou que as contas são marcadas pela sua fraquíssima execução, o que denota que algo se deve ter passado no que toca

ao planeamento. No que toca às receitas de capital serem muito superiores às despesas de capital, segundo o senhor deputado a CULT serve para administrar e aplicar dinheiro relativamente a despesas de capital, mas na realidade a Comunidade Urbana acumulou 800 000 Euros entre os dois saldos da gerência, fundamentalmente devido a estas receitas de capital terem sido muito superiores às despesas. O senhor deputado disse não compreender também porque é que as receitas não foram aplicadas nas despesas, uma vez que o objectivo da CULT será ter lucro zero. Frisou ainda que no relatório não estavam referidos os valores da situação líquida e do resultado líquido do ano 2005, só estando os do ano de 2004 relativamente às duas empresas participadas. Assim, não se consegue perceber se há ou não uma necessidade de uma provisão para investimentos financeiros, dado que não está relevado nas contas. Para além da correcção da folha 35, o senhor deputado considerou que deveriam ser também entregues para análise documentos assinados pela Junta, o que não é o caso, já que surge uma página completamente em branco.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado João Pedro Antunes Osório**, que começou por afirmar que a taxa de execução é bastante baixa. No geral, é apresentada com um taxa de execução de 5,19%, mas levando em linha de conta a explicação do senhor Presidente da Junta da CULT e tirando a situação da habitação e dos serviços colectivos, a taxa de execução continua a ser muito baixa, rondando os 53%. De acordo com o senhor deputado, é uma taxa que fica muito aquém da execução, tendo em conta o planificado. O senhor deputado solicitou ainda esclarecimento no que toca às comunicações, porque embora abranjam faxes, telefones, telemóveis, etc, a média de 600 contos mensais de despesa será muito elevada para um orçamento da Comunidade Urbana.-----

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT** deu a palavra à Junta da CULT, para se efectuarem os esclarecimentos solicitados nas intervenções das várias bancadas.-----

--- Usou da palavra o **doutor Ricardo Portela**, que começou por responder às questões colocadas pelo senhor deputado José Luís Cabrita, dizendo que a baixa taxa de execução tem a ver com o projecto Águas do Ribatejo. Os financiamentos não foram obtidos, a execução do projecto também está no estado que todos têm conhecimento e daí estes níveis de execução baixos, quer em termos de execução orçamental quer em termos dos restantes documentos provisionais das Grandes Opções do Plano. Quanto aos seguros das viaturas, o doutor Ricardo Portela afirmou que poderia haver um elemento em falta na questão das fichas dos bens, mas todas as viaturas estão seguradas. Quanto aos projectores de informática, eles não existem porque foram alugados, não sendo propriedade da Comunidade Urbana. No que toca às licenças de caça, a CULT não tem ligações nenhuma a essa área, a não ser nos projectos que são desenvolvidos e onde há a possibilidade dos Municípios adquirirem o software da AIRC. Quanto às questões colocadas pela senhora deputada Luísa Pato, os resultados extraordinários negativos têm a ver com a classificação atribuída em sede de POCAL às transferências de capital, designadamente do QCA III. As transferências concedidas são consideradas custos extraordinários, enquanto que as receitas que advêm da Administração Central não são consideradas como proveitos extraordinários. Daí os resultados extraordinários serem negativos. Nas transferências de capital obtidas, quando o QCA entra, fá-lo como um proveito operacional e não como um proveito extraordinário, sendo este o funcionamento normal em sede de POCAL. No que toca à página 39, apesar dos Espaços Internet, Ribatejo Digital, etc, surgirem elencados, tudo diz respeito a transferências que provêm de entidades e são por isso contabilizadas dessa forma, porque se tratam das participações dos projectos. Não se trata da execução do próprio projecto em si, mas sim da participação financeira que foi obtida. Na página 40, está de facto em duplicado a questão das despesas com pessoal. Na página 42, o problema do fraco nível de execução terá a ver com o Projecto Águas do Ribatejo. Se porventura se retirasse do lado da receita e do lado da despesa as

componentes deste Projecto, o cenário ao nível da taxa de execução seria completamente diferente. Quanto às observações colocadas pelo senhor Deputado Carlos Mota, o doutor Ricardo Portela considerou estarem esclarecidas. No que toca à questão do senhor deputado João Lopes, de facto a despesa corrente será superior à receita corrente. No entanto, há que haver um olhar atento para o exercício de 2006 nesse aspecto, para se garantir o cumprimento do princípio do equilíbrio corrente, onde precisamente as despesas correntes têm que ser iguais ou inferiores às receitas correntes. No que toca à questão do senhor deputado João Osório, a maior parte das comunicações dizem respeito aos Espaços Internet e a outros espaços, quando pertencentes ao Projecto Ribatejo Digital e a outros projectos desenvolvidos pela CULT e que envolvem pagamentos a entidades que tratam dessas comunicações. São despesas que estão associadas, embora grande parte delas sejam depois co-financiadas. Para tal são elaborados os pedidos de pagamento, sendo depois objecto de comparticipação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo, António Torres**, que explicou que a CULT tem uma linha dedicada no âmbito do Projecto Ribatejo Digital com cerca de 1 mega e uma VPN que liga todos os Municípios, o que custa à CULT cerca de 300 a 400 por mês. Tudo isto, para que todos os Municípios possam ter os sites no ar, bem como o Portal, e para que os municípios possam aceder aos sites. A CULT tem também outros custos de comunicação com os Espaços Internet, bem como outras despesas como os correios. Quanto à sugestão da senhora deputada Luísa Pato, o senhor Administrador Executivo afirmou que no próximo relatório a entregar aos membros da Assembleia serão colocadas fotografias e os nomes das respectivas obras. Ainda quanto aos resultados extraordinários negativos, o senhor Administrador Executivo adiantou que os 7 milhões de Euros correspondem à gestão do QCA, ou seja, é o dinheiro que a CULT recebe da CCDDR-LVT e que posteriormente envia para os Municípios, quando estes apresentam à Comunidade os pedidos de pagamento. Relativamente à Ciclovia,

existe um projecto praticamente concluído, que vai de Valada até próximo da Ribeira de Santarém/Alfange. Esta parte já está pronta em termos de projecto técnico. A segunda parte irá abranger Alfange e Ribeira de Santarém. Entretanto ocorreram eleições, a CULT tem estado em conversações com o novo Executivo para explicar o projecto e, segundo o senhor Administrador Executivo, em 2006 o projecto deverá prosseguir e até deverá ser estendido de Valada até à Praia do Tejo, em Azambuja.-----

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT** registou com agrado que os documentos técnicos distribuídos aos membros da Assembleia incluam as recomendações dos mesmos. Passou, de seguida, a palavra às bancadas, solicitando inscrições.-----

--- Usou da palavra o senhor **deputado João Miguel Gonçalves Lopes**, que mencionou a página 49 do relatório, dizendo que não se verificou a execução que estava prevista no que toca às Águas do Ribatejo, mas que esta não seria talvez a mais significativa. Afirmou que os desvios seriam até maiores no Projecto Ribatejo Digital.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo, António Torres**, explicando que na página 49, onde surgem as Águas do Ribatejo, vem mencionado o estudo que a CULT está a efectuar na parte do abastecimento de água. Em termos de saneamento, a candidatura ao Fundo de Coesão já foi aprovada por 42 milhões de Euros, com uma comparticipação de 28 milhões de Euros. Lembrou que fez um ponto de situação sobre este assunto na anterior sessão de Assembleia da CULT. Voltou a referir que a CULT está a elaborar uma série de projectos técnicos de execução. Lembrou a adjudicação da empreitada da ETAR de Coruche, que envolve o sistema de protecção das cheias, a ETAR, o sistema elevatório e o interceptor; a adjudicação da empreitada da ETAR da Carregueira/Pinheiro Grande, bem como a respectiva rede em baixa; a ETAR de Foros de Salvaterra deverá ter a sua adjudicação na próxima reunião da Junta da CULT; uma panóplia de projectos técnicos que foram lançados, entre eles o saneamento de Foros de Benfica, Paço dos

Negros, projecto da remodelação e ampliação da ETAR de Pontével, ETAR da Ereira, Lapa e Casais da Lapa, ETAR de Vale da Pedra, Cruz do Campo e Casais Lagartos, ETAR da Branca e Santana do Mato, projecto técnico da Glória do Ribatejo, projecto de ampliação de Santarém, Pernes e Tremes, Almoester, Amiais de Baixo, Póvoa de Santarém, Verdelho, Alcanede, projectos de sistemas de saneamento de Alqueidão do Rei e Abrã, projecto técnico de execução da ETAR do Couço e Lagoíços, bem como da Zona Industrial e do Rebocho, projecto de concepção e execução da ETAR da Esteveira, o executor final de Almeirim, etc. Ou seja, quando a CULT elaborou a candidatura ao Fundo de Coesão em 2004, colocou uma determinada previsão de investimento anual, que foi aprovada pelo Fundo de Coesão. No entanto, existem atrasos relativamente àquilo que era a previsão para o Fundo de Coesão. No entanto, pode haver deslizamento de verbas de um ano para o outro, porque a candidatura permite uma re-programação. Essa re-programação pode ser feita até 2007 e a execução pode ir até 2008 ou 2009. Na página 49, a verba que surge relativa às Águas do Ribatejo tem a ver com a parte das águas de abastecimento, para a qual a CULT ainda não fez a candidatura. A CULT vai, primeiro que tudo, elaborar um estudo solicitado pela CCDR, para estender condutas, interligando sistemas, o que irá possibilitar a redução de captações e o aumento de condutas adutoras. Neste sentido, decorreram já reuniões com todos os técnicos das Câmaras, para que, se possível ainda este ano, a CULT possa formular a candidatura ao Fundo de Coesão para os sistemas de abastecimento de água da Lezíria do Tejo.-----

--- Não tendo havido mais pedidos de esclarecimento, a senhora **Presidente da Assembleia da CULT** submeteu a prestação de contas e relatório de gestão da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, referentes ao ano de 2005, à aprovação, tendo sido aprovada por maioria com a seguinte votação:-----

--- 24 votos a favor;-----  
--- 7 abstenções.-----  
-----

--- Finda a Ordem de Trabalhos, a senhora **Presidente da Assembleia da CULT** deu a palavra à bancada do PSD para efectuar uma Declaração de Voto.-

--- A **bancada do PSD** explicou que a abstenção dos membros da bancada prendeu-se fundamentalmente por muitos dos argumentos que já tinham utilizado e por algumas questões que tinham levantado, nomeadamente o desequilíbrio ao nível das receitas e despesas, que deveria ser alvo de um planeamento mais cuidado. Da mesma forma, dado que a CULT tem a obrigação de servir os interesses dos Municípios e não aumentar as contas bancárias. Os membros da bancada do PSD optaram também pela abstenção, por não verem esclarecido o porquê das receitas de capital terem sido superiores às despesas de capital na ordem dos 800 mil Euros, não tendo sido aplicadas.-----

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT** registou a declaração de voto da bancada do PSD. Lembrou de seguida que, na sequência de decisões tomadas pela Mesa na última Assembleia e trabalhadas posteriormente com o senhor Administrador Executivo da CULT, foi criado um domínio para que cada um dos Deputados da Assembleia possa ter acesso à correspondência desta mesma Assembleia por via do Portal. Através de um domínio na Internet, com um endereço e com uma password poderão aceder à respectiva caixa de correio e assim receber correspondência. Lembrou que mesmo que os senhores deputados não tenham Internet em casa, e através de mais uma iniciativa do Projecto Ribatejo Digital, poderão consultar a caixa de correio electrónica nas Juntas de Freguesia ou nos Municípios. A senhora Presidente congratulou ainda todos os membros da Assembleia pela forma célere e objectiva como decorreu a sessão, agradeceu uma vez mais aos Vice-Presidentes cessantes e saudou o senhor Administrador Executivo, os técnicos e funcionários da CULT, assim como a Junta da CULT.-----

--- Não havendo intervenções do público, e nada mais havendo a tratar, a Senhora **Presidente da Assembleia da CULT** deu por encerrada a sessão da

Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Clara Cristina Simões Lopes, \_\_\_\_\_ que a redigi e subscrevi e pelos Presidente e Vice Presidentes da Mesa.-----

---O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

---O VICE PRESIDENTE \_\_\_\_\_

---O VICE PRESIDENTE \_\_\_\_\_